

*Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2015**

*Fevereiro de 2016*

*Este relatório contém 53 páginas*

## CONTEÚDO

	<b><u>Pág.</u></b>	
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>	
	Demonstração dos resultados	4
	Demonstração do rendimento integral	4
	Balanço	5
	Demonstração das alterações no capital próprio	6
	Demonstração de fluxos de caixa	6
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas</b>	7
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b>	15
<b>II.3</b>	<b>Segmentos de negócio</b>	17
<b>II.4</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>	
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	18
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	19
Nota 3	Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	19
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos	19
Nota 5	Rendimentos	20
Nota 6	Gastos financeiros	20
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	20
Nota 8	Imparidade (líquida de reversões)	20
Nota 9	Custos e gastos por natureza a imputar	21
<b>II.5</b>	<b>Notas ao balanço</b>	
Nota 10	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	22
Nota 11	Ativos financeiros disponíveis para venda	22
Nota 12	Outros ativos tangíveis	23
Nota 13	Ativos intangíveis	23
Nota 14	Provisões técnicas, líquidas de resseguro	24
Nota 15	Benefícios a empregados	25

		<b><u>Pág.</u></b>
Nota 16	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	28
Nota 17	Impostos correntes e Impostos diferidos	29
Nota 18	Outros credores por operações de seguros e outras operações	30
Nota 19	Outras provisões	31
<b>II.6</b>	<b>Notas à demonstração das alterações no capital próprio</b>	
Nota 20	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	31
<b>II.7</b>	<b>Outras notas</b>	
Nota 21	Transações com partes relacionadas	33
Nota 22	Gestão de riscos	34
Nota 23	Justo valor	47
Nota 24	Passivos contingentes e compromissos	48
Nota 25	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	48
<b>III</b>	<b>Inventário de títulos</b>	
<b>IV</b>	<b>Relatório dos auditores</b>	

# I. Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

	Notas	2015			2014		
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	163.781.631	-	163.781.631	148.543.884	-	148.543.884
Prémios brutos emitidos		171.679.051	-	171.679.051	153.256.423	-	153.256.423
Prémios de resseguro cedido		(5.228.040)	-	(5.228.040)	(4.975.028)	-	(4.975.028)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(2.653.105)	-	(2.653.105)	262.576	-	262.576
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(16.275)	-	(16.275)	(87)	-	(87)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(115.455.947)	-	(115.455.947)	(107.562.575)	-	(107.562.575)
Montantes pagos		(124.024.978)	-	(124.024.978)	(106.331.443)	-	(106.331.443)
Montantes brutos		(124.243.589)	-	(124.243.589)	(106.520.165)	-	(106.520.165)
Parte dos resseguradores		218.611	-	218.611	188.722	-	188.722
Provisão para sinistros (variação)		8.569.031	-	8.569.031	(1.231.132)	-	(1.231.132)
Montantes brutos		8.569.031	-	8.569.031	(1.213.998)	-	(1.213.998)
Parte dos resseguradores		-	-	-	17.134	-	17.134
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(1.490.584)	-	(1.490.584)	(1.098.101)	-	(1.098.101)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	938.316	-	938.316	157.423	-	157.423
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(30.421.645)	-	(30.421.645)	(27.640.178)	-	(27.640.178)
Custos de aquisição		(23.230.159)	-	(23.230.159)	(20.906.757)	-	(20.906.757)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(3.275)	-	(3.275)	(17.218)	-	(17.218)
Gastos administrativos		(8.276.713)	-	(8.276.713)	(7.596.293)	-	(7.596.293)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		1.088.502	-	1.088.502	880.090	-	880.090
Rendimentos	5	892.773	139.128	1.031.901	1.224.098	183.354	1.407.452
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		892.773	139.128	1.031.901	1.224.098	183.354	1.407.452
Gastos financeiros	6	(165.328)	(34.316)	(199.644)	(265.154)	(32.506)	(297.660)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(165.328)	(34.316)	(199.644)	(265.154)	(32.506)	(297.660)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	133.285	105.184	238.469	(54.475)	(8.636)	(63.111)
De ativos disponíveis para venda		133.285	105.184	238.469	(54.475)	(8.636)	(63.111)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		-	-	-	14.721	-	14.721
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor		-	-	-	14.721	-	14.721
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8	-	220.255	220.255	-	825.759	825.759
De outros		-	220.255	220.255	-	825.759	825.759
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		90.373	-	90.373	146.411	-	146.411
Outros rendimentos/gastos		-	(368.630)	(368.630)	-	(8.815)	(8.815)
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>18.302.874</b>	<b>61.621</b>	<b>18.364.495</b>	<b>13.466.054</b>	<b>959.156</b>	<b>14.425.210</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	17	-	(5.051.076)	(5.051.076)	-	(3.864.001)	(3.864.001)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	17	-	41.699	41.699	-	(247.736)	(247.736)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>18.302.874</b>	<b>(4.947.756)</b>	<b>13.355.118</b>	<b>13.466.054</b>	<b>(3.152.581)</b>	<b>10.313.473</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2015	2014
<i>Itens que podem ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(418.533)	1.841.020
Impostos diferidos	115.096	(499.664)
	(303.437)	1.341.356
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(37.999)	(705.228)
	(37.999)	(705.228)
Total outro rendimento integral	<b>(341.436)</b>	<b>636.128</b>
Resultado líquido do exercício	13.355.118	10.313.473
Total do rendimento integral do ano	<b>13.013.682</b>	<b>10.949.601</b>

## Balanço

		<i>Eur</i>	
	Notas	2015	2014
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10	6.859.402	8.647.373
Ativos financeiros disponíveis para venda	11	82.498.128	80.159.226
Outros ativos tangíveis	12	896.296	937.735
Outros ativos intangíveis	13	135.333	225.538
Provisões técnicas de resseguro cedido	14	6.686	22.961
Provisão para prémios não adquiridos		6.686	22.961
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16	32.746.730	20.375.625
Contas a receber por operações de seguro direto		21.402.446	8.765.604
Contas a receber por outras operações de resseguro		10.418.470	10.638.948
Contas a receber por outras operações		925.814	971.073
Ativos por impostos	17	675.833	562.532
Ativos por impostos diferidos		675.833	562.532
Acréscimos e diferimentos		490.141	-
<b>Total ativo</b>		<b>124.308.549</b>	<b>110.930.990</b>
Provisões técnicas	14	47.133.281	41.273.416
Provisão para prémios não adquiridos		12.271.704	9.615.324
Provisão para sinistros		32.740.288	29.376.150
De outros ramos		32.740.288	29.376.150
Provisão para participação nos resultados		2.121.289	1.343.626
Provisão para riscos em curso		-	938.316
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	1.597.512	1.588.302
Outros credores por operações de seguros e outras operações	18	11.418.865	8.223.599
Contas a pagar por operações de seguro direto		5.438.700	4.740.870
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.363.929	1.612.739
Contas a pagar por outras operações		4.616.236	1.869.990
Passivos por impostos e taxas	17	2.255.548	2.623.687
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2.255.548	2.623.687
Acréscimos e diferimentos		2.174.913	1.507.238
Outras Provisões	19	582.297	582.297
<b>Total passivo</b>		<b>65.162.416</b>	<b>55.798.539</b>
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		1.753.266	2.171.799
Reserva por impostos diferidos		(482.148)	(597.244)
Outras reservas		4.170.219	3.176.871
Resultados transitados		28.349.678	28.067.552
Resultado do exercício		13.355.118	10.313.473
<b>Total capital próprio</b>	20	<b>59.146.133</b>	<b>55.132.451</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>124.308.549</b>	<b>110.930.990</b>
<b>Resultados por ação</b>		<b>5,6</b>	<b>4,3</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração das alterações no capital próprio

	<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
<b>Balanço a 1 de janeiro 2014</b>	<b>12.000.000</b>	<b>330.779</b>	<b>(97.580)</b>	<b>233.199</b>	<b>4.591.124</b>	<b>30.244.153</b>	<b>(1.411.624)</b>	<b>7.025.999</b>	<b>52.682.851</b>
Transferência de resultados	-	-	-	-	702.600	6.323.399	-	(7.025.999)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	1.841.020	(499.664)	1.341.356	-	-	-	-	1.341.356
Dividendos 2014	-	-	-	-	-	(8.500.000)	-	-	(8.500.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.313.473	10.313.473
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(705.229)	-	(705.229)
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>12.000.000</b>	<b>2.171.799</b>	<b>(597.244)</b>	<b>1.574.555</b>	<b>5.293.724</b>	<b>28.067.552</b>	<b>(2.116.853)</b>	<b>10.313.473</b>	<b>55.132.451</b>
Transferência de resultados	-	-	-	-	1.031.347	9.282.126	-	(10.313.473)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(418.533)	115.096	(303.437)	-	-	-	-	(303.437)
Dividendos 2015	-	-	-	-	-	(9.000.000)	-	-	(9.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.355.118	13.355.118
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(37.999)	-	(37.999)
<b>Balanço em 31 de Dezembro 2015</b>	<b>12.000.000</b>	<b>1.753.266</b>	<b>(482.148)</b>	<b>1.271.118</b>	<b>6.325.071</b>	<b>28.349.678</b>	<b>(2.154.852)</b>	<b>13.355.118</b>	<b>59.146.133</b>

## Demonstração de fluxos de caixa

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	13.355.118	10.313.473
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	210.422	90.834
Variação nas provisões técnicas	5.859.865	1.513.696
Variação de provisões	-	(298.300)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	16.275	17.221
Imparidade de outros activos	(220.255)	(825.759)
Variação nos impostos ativos / passivos	(481.440)	1.840.874
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	11.003.428
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(12.150.850)	(1.318.301)
Outros ativos e passivos	148.745	673.604
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3.195.266	476.331
	<b>9.933.146</b>	<b>23.487.101</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1.030.529
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(2.642.339)	(13.175.097)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(78.778)	(1.044.955)
	<b>(2.721.117)</b>	<b>(13.189.523)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(9.000.000)	(8.500.000)
	<b>(9.000.000)</b>	<b>(8.500.000)</b>
<b>Varição líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>(1.787.971)</b>	<b>1.797.578</b>
Caixa e equivalentes no início do período	8.647.373	6.849.795
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>6.859.402</b>	<b>8.647.373</b>

## II. Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. (“Médís” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de setembro de 1995.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objeto principal e exclusivo a exploração do seguro direto e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

Desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia, e prepara as demonstrações financeiras consolidadas. A Médís tem a sua sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar n.º 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar n.º 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Em IFRS incluem-se as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2015 a Médís adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015, conforme referido na nota 29. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

#### b) Contratos de seguro e de investimento

##### Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

##### Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

*Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

*Provisão para participação nos resultados*

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

*Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

*Teste de adequação das responsabilidades*

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

e) *Ativos financeiros*

*Classificação*

A Médís classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.



#### *Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

#### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Reclassificação entre categorias*

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *Instrumentos financeiros derivados*

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados

#### *f) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia procede ao desconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

#### *g) Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *h) Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Médís aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. As diferenças de conversão de elementos não monetários, tais como ações classificadas como disponíveis para venda, são incluídas na reserva de reavaliação.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

*l) Locações*

A Médis classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

*m) Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

*n) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido ou construída uma obrigação construtiva decorrente de eventos passados e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

*o) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

*p) Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) *Benefícios aos empregados*

*Plano de benefício definido*

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de “CCT”).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuárias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### *Plano de contribuição definida*

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

#### *Benefícios de saúde*

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### *Sistema de incentivo baseado em ações*

À data de 31 de dezembro de 2015 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

### s) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que exista lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia pode compensar, de acordo com a IAS12, os impostos diferidos ativos e passivos apenas se: (i) tiver um direito legal de deduzir os impostos correntes ativos com os impostos correntes passivos; e (ii) os impostos diferidos ativos e os impostos diferidos passivos estejam sujeitos à mesma autoridade tributária, ou sob entidades tributárias que permitam a apresentação pelo saldo entre os impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos.

### t) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### *Provisões técnicas*

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) teste de adequação das responsabilidades, e (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas (provisão para sinistros).

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos ao justo valor*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumentos de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

#### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Imparidade dos ativos de longo prazo*

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

#### *Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.



## II.3 Segmentos de negócio

	2015			2014			<i>Eur</i>
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	163.051.000	730.631	163.781.631	147.774.587	769.297	148.543.884	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(115.541.226)	85.279	(115.455.947)	(106.764.085)	(798.490)	(107.562.575)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	938.316	-	938.316	157.423	-	157.423	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.490.584)	-	(1.490.584)	(1.098.101)	-	(1.098.101)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(30.421.645)	-	(30.421.645)	(27.640.178)	-	(27.640.178)	
Rendimentos	892.453	320	892.773	1.223.386	712	1.224.098	
Gastos financeiros	(165.328)	-	(165.328)	(265.154)	-	(265.154)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	133.218	67	133.285	(39.699)	(55)	(39.754)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	90.373	-	90.373	146.411	-	146.411	
<b>Margem técnica</b>	<b>17.486.577</b>	<b>816.297</b>	<b>18.302.874</b>	<b>13.494.590</b>	<b>(28.536)</b>	<b>13.466.054</b>	
Proveito dos investimentos			139.128			183.354	
Mais/(menos) valias realizadas			105.184			(8.636)	
Despesas gerais			(34.316)			(32.506)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos			(148.375)			816.944	
<b>Resultado não técnico</b>			<b>61.621</b>			<b>959.156</b>	
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>18.364.495</b>			<b>14.425.210</b>	
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Acidentes e doença	Acidentes e doença	
Provisões - Valor bruto	47.127.131	6.150	47.133.281	41.267.651	5.765	41.273.416	
Parte dos resseguradores	6.686	-	6.686	22.961	-	22.961	

## II.4 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Prémios brutos emitidos	171.679.051	153.256.423
Prémios resseguro cedido	<u>(5.228.040)</u>	<u>(4.975.028)</u>
Prémios líquidos resseguro	<u>166.451.011</u>	<u>148.281.395</u>
Varição prémios não adquiridos	(2.653.105)	262.576
Varição prémios não adquiridos de resseguro cedido	<u>(16.275)</u>	<u>(87)</u>
Varição líquida de prémios não adquiridos	<u>(2.669.380)</u>	<u>262.489</u>
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b><u>163.781.631</u></b>	<b><u>148.543.884</u></b>

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2015		2014	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	170.948.420	168.295.315 -	152.487.126	152.749.702
Outros	<u>730.631</u>	<u>730.631 -</u>	<u>769.297</u>	<u>769.297</u>
<b>Total</b>	<b><u>171.679.051</u></b>	<b><u>169.025.946</u></b>	<b><u>153.256.423</u></b>	<b><u>153.518.999</u></b>

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2015		2014	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	<u>5.228.040</u>	<u>5.244.315</u>	<u>4.975.028</u>	<u>4.975.115</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.228.040</u></b>	<b><u>5.244.315</u></b>	<b><u>4.975.028</u></b>	<b><u>4.975.115</u></b>

## Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2015			2014		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
<i>Eur</i>						
<b>Sinistros pagos</b>						
Montantes brutos	122.109.845	(1.959.728)	120.150.117	101.638.101	903.166	102.541.267
Parte dos resseguradores	(218.611)	-	(218.611)	(188.722)	-	(188.722)
	<u>121.891.234</u>	<u>(1.959.728)</u>	<u>119.931.506</u>	<u>101.449.379</u>	<u>903.166</u>	<u>102.352.545</u>
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
Montantes brutos	(10.443.479)	1.874.448	(8.569.031)	1.318.674	(104.676)	1.213.998
Parte dos resseguradores	-	-	-	17.134	-	17.134
	<u>(10.443.479)</u>	<u>1.874.448</u>	<u>(8.569.031)</u>	<u>1.335.808</u>	<u>(104.676)</u>	<u>1.231.132</u>
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>111.447.755</b>	<b>(85.280)</b>	<b>111.362.475</b>	<b>102.785.187</b>	<b>798.490</b>	<b>103.583.677</b>
Custos com Sinistros (imputados)	4.093.472	-	4.093.472	3.978.898	-	3.978.898
<b>Total</b>	<b>115.541.227</b>	<b>(85.280)</b>	<b>115.455.947</b>	<b>106.764.085</b>	<b>798.490</b>	<b>107.562.575</b>

## Nota 3 – Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes a atribuir aos contratos do ramo de acidentes e doença.

A variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

## Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	Acidentes e doença	
	2015	2014
Custos de aquisição - comissões	19.442.267	17.631.168
Custos de aquisição alocados	3.787.892	3.275.589
Variação dos custos de aquisição diferidos	3.275	17.218
Custos administrativos - comissões	19.690	81.151
Custos administrativos alocados	8.257.023	7.515.142
Comissões e participação nos resultados de resseguro	<u>(1.088.502)</u>	<u>(880.090)</u>
<b>Total</b>	<b>30.421.645</b>	<b>27.640.178</b>

### Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	2015	2014
Rendimentos de depósitos bancários	1.025.952	1.382.518
<b>Total</b>	<b>5.949</b>	<b>24.934</b>
	<b>1.031.901</b>	<b>1.407.452</b>

### Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euro 200.000 (2014: Euro 298.000), resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

### Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2015			2014		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	234.978	(2.482)	232.496	5.874	(17.158)	(11.284)
Obrigações de outros emissores	20.694	(8.871)	11.823	1.272	(22.120)	(20.848)
Ações	16.190	(22.040)	(5.850)	48.103	(79.082)	(30.979)
<b>De investimentos disponíveis para venda</b>	<b>271.862</b>	<b>(33.393)</b>	<b>238.469</b>	<b>55.249</b>	<b>(118.360)</b>	<b>(63.111)</b>
<b>Total</b>	<b>271.862</b>	<b>(33.393)</b>	<b>238.469</b>	<b>55.249</b>	<b>(118.360)</b>	<b>(63.111)</b>

### Nota 8 – Imparidade (líquida de reversões)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a imparidade (líquida de reversões) registada respeita na totalidade a devedores por operações de seguro direto e de resseguro.

## Nota 9 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	251.665	229.966
Remunerações - pessoal	4.303.013	4.430.025
Encargos sobre remunerações	971.529	970.215
Benefícios pós emprego	172.771	103.443
Seguros obrigatórios	234.287	240.827
Gastos de Ação social	35.700	31.417
Outros gastos	195.594	425.153
	<u>6.164.559</u>	<u>6.431.046</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>9.486.779</u>	<u>8.303.458</u>
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	114.370	40.158
Equipamento informático	5.847	5.574
	<u>120.217</u>	<u>45.732</u>
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	90.205	45.102
	<u>90.205</u>	<u>45.102</u>
Outros	<u>476.271</u>	<u>241.951</u>
<b>Total</b>	<b><u>16.338.031</u></b>	<b><u>15.067.289</u></b>

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Auditoria	73.557	64.984
Auditoria - serviços relacionados	7.160	6.925
Consultadoria fiscal	5.683	12.005
Total	<u>86.400</u>	<u>83.914</u>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar dizem respeito a Euro 32.000 relativos a Impostos e taxas (2014: Euro 25.000), a Euro 336.000 relativos a Juros suportados (2014: Euro 401.000) e Euro 108.000 relativos a Comissões (2014: Euro 114.000). As outras provisões não tiveram movimento em 2015 (2014: proveito de Euro 298.000).

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Custos com sinistros	4.093.472	3.978.898
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	3.787.892	3.275.589
Custos administrativos	8.257.023	7.515.142
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	165.328	265.154
Alocados à conta não técnica	34.316	32.506
<b>Total</b>	<b><u>16.338.031</u></b>	<b><u>15.067.289</u></b>

Em 31 de dezembro de 2015, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 130 (2014:127).

## II.5 Notas ao balanço

### Nota 10 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

### Nota 11 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015			2014			<i>Eur</i>
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	
Dívida pública	32.497.081	1.179.587	33.676.668	27.264.683	1.174.983	28.439.666	
Obrigações outros emissores	45.658.425	561.736	46.220.161	47.900.911	1.012.202	48.913.113	
Ações	1.676.800	11.943	1.688.743	1.698.839	(15.386)	1.683.453	
Juros a receber	912.556	-	912.556	1.122.994	-	1.122.994	
<b>Total</b>	<b>80.744.862</b>	<b>1.753.266</b>	<b>82.498.128</b>	<b>77.987.427</b>	<b>2.171.799</b>	<b>80.159.226</b>	
Dos quais:							
Nível 1			81.814.827			78.414.262	
Nível 2			683.301			1.744.964	
			<b>82.498.128</b>			<b>80.159.226</b>	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	2015		2014		<i>Eur</i>
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	
	Dívida pública	33.986.942	-	28.793.217	-
Obrigações de outros emissores	46.139.892	682.551	47.938.340	1.744.214	
Ações	1.687.993	750	1.682.705	750	
	<b>81.814.827</b>	<b>683.301</b>	<b>78.414.262</b>	<b>1.744.964</b>	

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 12 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Equipamento		
Equipamento informático	102.820	90.850
Equipamento administrativo	360.753	353.703
Outro equipamento	<u>688.006</u>	<u>628.248</u>
	1.151.579	1.072.801
Amortizações acumuladas	<u>(255.283)</u>	<u>(135.066)</u>
<b>Saldo líquido</b>	<b><u>896.296</u></b>	<b><u>937.735</u></b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	90.850	353.703	628.248	1.072.801
Aquisições	<u>11.970</u>	<u>7.050</u>	<u>59.758</u>	<u>78.778</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>102.820</u>	<u>360.753</u>	<u>688.006</u>	<u>1.151.579</u>
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(77.460)	(17.675)	(39.931)	(135.066)
Amortizações do exercício	<u>(5.847)</u>	<u>(45.067)</u>	<u>(69.303)</u>	<u>(120.217)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(83.307)</u>	<u>(62.742)</u>	<u>(109.234)</u>	<u>(255.283)</u>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2014</b>	<b><u>13.390</u></b>	<b><u>336.028</u></b>	<b><u>588.317</u></b>	<b><u>937.735</u></b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2015</b>	<b><u>19.513</u></b>	<b><u>298.011</u></b>	<b><u>578.772</u></b>	<b><u>896.296</u></b>

## Nota 13 – Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
<b>Custo de aquisição</b>	
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>270.639</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>270.639</u>
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(45.101)
Amortizações do exercício	<u>(90.205)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>(135.306)</u>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2014</b>	<b><u>225.538</u></b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2015</b>	<b><u>135.333</u></b>

## Nota 14 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015			2014		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	12.271.704	-	12.271.704	9.615.324	-	9.615.324
Provisão para sinistros	32.734.138	6.150	32.740.288	29.370.384	5.766	29.376.150
Provisão para participação nos resultados	2.121.289	-	2.121.289	1.343.626	-	1.343.626
Provisão para riscos em curso	-	-	-	938.316	-	938.316
<b>Total bruto</b>	<b>47.127.131</b>	<b>6.150</b>	<b>47.133.281</b>	<b>41.267.650</b>	<b>5.766</b>	<b>41.273.416</b>
Provisão para prémios não adquiridos	6.686	-	6.686	22.961	-	22.961
<b>Total resseguro</b>	<b>6.686</b>	<b>-</b>	<b>6.686</b>	<b>22.961</b>	<b>-</b>	<b>22.961</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>47.120.445</b>	<b>6.150</b>	<b>47.126.595</b>	<b>41.244.689</b>	<b>5.766</b>	<b>41.250.455</b>

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 20.913.000 (2014: Euro 19.978.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euro 291.000 (2014: Euro 313.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	Eur	
	2015	2014
Provisão para prémios não adquiridos	12.342.899	9.689.794
Custos de aquisição diferidos	(71.195)	(74.470)
<b>Saldo líquido</b>	<b>12.271.704</b>	<b>9.615.324</b>

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	Eur	
	2015	2014
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	74.470	91.688
Custos de aquisição do ano	71.195	74.470
Amortização dos custos de aquisição	(74.470)	(91.688)
<b>Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro</b>	<b>71.195</b>	<b>74.470</b>

Os movimentos na provisão para participação nos resultados são analisados como se segue:

	Eur	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	1.343.626	700.059
Montantes pagos	(712.921)	(454.534)
Estimativa de montantes a atribuir	1.490.584	1.098.101
<b>Total</b>	<b>2.121.289</b>	<b>1.343.626</b>



## Nota 15 – Benefícios a empregados

### Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no CCT. Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efectuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2015	2014
Numero de participantes		
Ativos	135	130
Reformados e pensionistas	6	5
	<b>141</b>	<b>135</b>

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2015	2014
Taxa de desconto	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(3.557.184)	(1.619.108)	(184.011)	(5.360.303)	(3.372.172)	(1.547.025)	(182.455)	(5.101.652)	
Justo valor dos ativos do plano	3.762.791	-	-	3.762.791	3.513.350	-	-	3.513.350	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	205.607	(1.619.108)	(184.011)	(1.597.512)	141.178	(1.547.025)	(182.455)	(1.588.302)	

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no actual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	3.372.172	1.547.025	182.455	5.101.652	2.543.305	926.059	141.831	3.611.195	
Custo do serviço corrente	27.767	91.591	17.621	136.979	9.032	50.915	12.494	72.441	
Custo dos juros	65.971	30.869	3.475	100.315	86.931	32.272	4.750	123.953	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia (Ganhos) / perdas atuariais	(157.374)	(9.296)	(17.842)	(184.512)	(132.925)	(8.529)	(23.849)	(165.303)	
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	-	-	268.075	15.225	-	283.300	
Transferência entre fundos	12.583	-	-	12.583	(1.403)	-	-	(1.403)	
Responsabilidades em 31 de dezembro	<b>3.557.184</b>	<b>1.619.108</b>	<b>184.011</b>	<b>5.360.303</b>	<b>3.372.172</b>	<b>1.547.025</b>	<b>182.455</b>	<b>5.101.652</b>	

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	27.767	91.591	17.621	136.979	9.032	50.915	12.494	72.441	
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros (Ganhos) / perdas atuariais	22.544	30.869	3.475	56.888	11.224	32.272	4.750	48.246	
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	(1.698)	(1.698)	-	-	47.229	47.229	
Custo do exercício	<b>50.311</b>	<b>122.460</b>	<b>19.398</b>	<b>192.169</b>	<b>288.331</b>	<b>98.412</b>	<b>64.473</b>	<b>451.216</b>	

A variação do valor do fundo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	3.513.350	2.812.713
Contribuições da companhia	150.326	732.491
Pagamentos efetuados pelo fundo	(157.374)	(132.925)
Retorno esperado do fundo	43.427	75.707
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	200.479	26.767
Transferências entre associados	12.583	(1.403)
Saldo em 31 de dezembro	<b>3.762.791</b>	<b>3.513.350</b>

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 150.000 (2014: Euro 732.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2015 e 2014, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2015			2014		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	2.051.560	511.416	2.562.976	1.479.170	(19.667)	1.459.503
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	236.065	(41.081)	194.984	599.157	531.083	1.130.240
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(200.479)	-	(200.479)	(26.767)	-	(26.767)
Saldo em 31 de dezembro	<b>2.087.146</b>	<b>470.335</b>	<b>2.557.481</b>	<b>2.051.560</b>	<b>511.416</b>	<b>2.562.976</b>

Em 31 de dezembro de 2014, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 1.192.000. Em 2015 os pressupostos actuariais não foram alterados, tal como previamente divulgado nesta nota.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	141.178	(1.547.025)	(182.455)	(1.588.302)	269.408	(926.059)	(141.831)	(798.482)
Custo do Exercício	(50.311)	(122.460)	(19.398)	(192.169)	(288.331)	(98.412)	(64.473)	(451.216)
(Ganhos) / perdas atuariais	(35.586)	41.081	-	5.495	(572.390)	(531.083)	-	(1.103.473)
Benefícios pagos pela companhia	-	9.296	17.842	27.138	-	8.529	23.849	32.378
Contribuições dos empregados e outras	150.326	-	-	150.326	732.491	0	-	732.491
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	<b>205.607</b>	<b>(1.619.108)</b>	<b>(184.011)</b>	<b>(1.597.512)</b>	<b>141.178</b>	<b>(1.547.025)</b>	<b>(182.455)</b>	<b>(1.588.302)</b>

Os ativos afetos ao Fundo de Pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	982.088	865.113
Títulos de rendimento fixo	2.536.121	2.284.652
Imóveis	41.391	95.244
Outros	203.191	268.341
	<b>3.762.791</b>	<b>3.513.350</b>

Atualmente, o fundo de pensões não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2015	2014
Impacto no custo com pensões	14.367	14.655
Impacto nas responsabilidades	259.057	247.524

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	<b>Impacto alteração de pressupostos financeiros</b>	
	<b>-1,00%</b>	<b>1,00%</b>
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	1.150.626	-862.218
Taxa de Crescimento das Pensões	-643.730	782.827
Taxa de Crescimento dos Salários	-334.769	447.050
	<b>Impacto alteração de pressupostos +1 ano</b>	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tábua de Mortalidade	151.280	

No que respeita ao Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012, a Companhia contribuiu em 2015 com o montante de Euro 76.000. Adicionalmente, em 2015, no âmbito do CCT revisto, a Companhia efetuou ainda uma contribuição no montante de Euro 101.000 para o PIR dos trabalhadores.

À data de 31 de dezembro de 2015 a responsabilidade total com o PIR ascende a Euro 1.519.000 e o valor do Fundo a cobrir esta responsabilidade ascende a Euro 1.519.000.

## **Nota 16 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Tomadores de seguros	20.131.574	8.096.135
Mediadores de seguros	2.044.812	1.663.664
Resseguradores	10.418.470	10.638.948
	32.594.856	20.398.747
Imparidade	(773.940)	(994.195)
<b>Total</b>	<b>31.820.916</b>	<b>19.404.552</b>
Outros devedores	925.814	971.073
<b>Total Outros devedores</b>	<b>925.814</b>	<b>971.073</b>
<b>Total</b>	<b>32.746.730</b>	<b>20.375.625</b>

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 1.706.000 (2014: Euro 1.604.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euro 163.000 (2014: Euro 429.000) foram considerados para efeito do reconhecimento de imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euro 4.584.000 (2014: Euro 6.458.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Em resultado da parceria com os CTT – Correios de Portugal, S.A. iniciada em 2015, esta rubrica inclui o montante de Euro 13.841.000, relativo a reembolsos emitidos no âmbito deste contrato.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo no início do ano	994.195	1.819.954
Reversões	(265.722)	(925.697)
Dotação do exercício	45.467	99.938
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>773.940</b>	<b>994.195</b>

### ***Nota 17 – Impostos correntes e Impostos diferidos***

A Medis determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 27,5% (taxa nominal de 21% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Ativos por impostos diferidos	675.833	562.532
<b>Ativos por impostos</b>	<b>675.833</b>	<b>562.532</b>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre rendimento	1.516.898	1.052.909
Outros impostos e taxas	738.650	1.570.778
<b>Passivos por impostos</b>	<b>2.255.548</b>	<b>2.623.687</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros	-	-	(482.148)	(597.244)	(482.148)	(597.244)
Provisões	172.635	160.132	-	-	172.635	160.132
Outros (incluindo benefícios pós emprego)	985.346	999.644	-	-	985.346	999.644
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>1.157.981</b>	<b>1.159.776</b>	<b>(482.148)</b>	<b>(597.244)</b>	<b>675.833</b>	<b>562.532</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2015 e 2014 foi reconhecido como segue:

	2015		2014	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	-	115.096	-	(499.664)
Provisões	12.503	-	(349.640)	-
Outros (incluindo benefícios pós emprego)	29.196	(43.494)	101.904	398.245
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>41.699</b>	<b>71.602</b>	<b>(247.736)</b>	<b>(101.419)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	Eur	
	2015	2014
Imposto corrente	(5.051.076)	(3.864.001)
Imposto diferido	41.699	(247.736)
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(5.009.377)</b>	<b>(4.111.737)</b>

O imposto diferido registado no capital próprio em dezembro de 2015 e 2014 é analisado como se segue:

	Eur	
	2015	2014
Reserva de reavaliação	(482.149)	(597.244)
Ganhos e perdas atuariais	391.573	435.068
	<b>(90.576)</b>	<b>(162.176)</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2015	2014
Resultado antes de impostos	18.364.495	14.425.210
Taxa de imposto	27,5%	29,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	5.050.236	4.255.437
Tributação autónoma	30.354	32.947
Outras diferenças permanentes	(71.213)	(176.647)
	<b>5.009.377</b>	<b>4.111.737</b>

## Nota 18 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2015	2014
Tomadores de seguros e intermediários	5.438.700	4.740.870
Resseguradores	1.363.929	1.612.739
Credores por operações seguro e resseguro	6.802.629	6.353.609
Outros credores	4.616.236	1.869.990
<b>Total</b>	<b>11.418.865</b>	<b>8.223.599</b>

## Nota 19 – Outras provisões

No âmbito do processo de reestruturação em curso através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia tem uma provisão registada no montante de Euro 582.000.

## II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

### Nota 20 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Médís, no montante de Euro 12.000.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.400.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada.

#### Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2015 e 2014, são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldos em 1 de janeiro	2.171.799	330.779
Ajustamentos no justo valor	(418.533)	1.723.242
Vendas	-	117.778
Saldos em 31 de dezembro	1.753.266	2.171.799

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Custo amortizado	80.744.862	77.987.426
Justo valor	82.498.128	80.159.225
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor	1.753.266	2.171.799

#### Outras reservas

##### Reserva por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1.

##### Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

## Resultados transitados

No final de novembro de 2015, a Médís distribuiu dividendos ao seu acionista no montante de Euro 9.000.000.

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2015 é analisado como se segue:

	<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	1.753.266	(482.148)	1.271.118	-	-	-	-	1.271.118
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.355.118	13.355.118
Resultados transitados	-	-	-	-	-	28.349.678	-	-	28.349.678
Outras reservas	-	-	-	-	6.325.071	-	11.057	-	6.336.128
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(2.165.909)	-	(2.165.909)
<b>Saldos 31 Dezembro 2015</b>	<b>12.000.000</b>	<b>1.753.266</b>	<b>(482.148)</b>	<b>1.271.118</b>	<b>6.325.071</b>	<b>28.349.678</b>	<b>(2.154.852)</b>	<b>13.355.118</b>	<b>59.146.133</b>

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

	<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	2.171.799	(597.244)	1.574.555	-	-	-	-	1.574.555
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.313.473	10.313.473
Resultados transitados	-	-	-	-	-	28.067.552	-	-	28.067.552
Outras reservas	-	-	-	-	5.293.724	-	11.057	-	5.304.781
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(2.127.910)	-	(2.127.910)
<b>Saldos 31 Dezembro 2014</b>	<b>12.000.000</b>	<b>2.171.799</b>	<b>(597.244)</b>	<b>1.574.555</b>	<b>5.293.724</b>	<b>28.067.552</b>	<b>(2.116.853)</b>	<b>10.313.473</b>	<b>55.132.451</b>



## II.7 Outras Notas

### Nota 21 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Remunerações	251.665	229.966
Contribuições para o fundo de pensões	5.832	4.447
	<b>257.497</b>	<b>234.413</b>

A análise das transações significativas com partes relacionadas em 2015 e 2014 é analisada como segue:

<b>Balanco</b>	<i>Eur</i>			
	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.859.402	-	-	6.859.402
Ativos financeiros disponíveis para venda	921.690	-	-	921.690
Outros ativos	-	-	9.198.676	9.198.676
<b>Total do ativo</b>	<b>7.781.092</b>	<b>-</b>	<b>9.198.676</b>	<b>16.979.768</b>
Provisões técnicas	-	-	(35.714.023)	(35.714.023)
Outros passivos	(114.433)	(17.099)	-	(131.532)
<b>Total do passivo</b>	<b>(114.433)</b>	<b>(17.099)</b>	<b>(35.714.023)</b>	<b>(35.845.555)</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2015</b>	<b>7.666.659</b>	<b>(17.099)</b>	<b>(26.515.347)</b>	<b>(18.865.787)</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2014</b>	<b>8.808.833</b>	<b>(50.550)</b>	<b>(22.042.901)</b>	<b>(13.284.618)</b>

<b>Demonstração de resultados</b>	<i>Eur</i>			
	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Seguros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	136.831.483	136.831.483
Dividendos e juros a receber	15.182	-	-	15.182
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.845)	-	-	(2.845)
<b>Total de proveitos</b>	<b>12.337</b>	<b>-</b>	<b>136.831.483</b>	<b>136.843.820</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	(91.259.381)	(91.259.381)
Custos de aquisição	-	-	(16.638.279)	(16.638.279)
Gastos gerais e administrativos	(1.785.709)	(76.644)	-	(1.862.353)
<b>Total de custos</b>	<b>(1.785.709)</b>	<b>(76.644)</b>	<b>(107.897.660)</b>	<b>(109.760.013)</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2015</b>	<b>(1.773.372)</b>	<b>(76.644)</b>	<b>28.933.823</b>	<b>27.083.807</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2014</b>	<b>(1.852.033)</b>	<b>(137.844)</b>	<b>26.826.155</b>	<b>24.836.278</b>

<b>Balanco</b>	<i>Eur</i>			
	BCP Group	Ageas Group	Ocidental Seguros	Total
Dividendos pagos	-	(9.000.000)	-	(9.000.000)
<b>Líquido variações no capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>(9.000.000)</b>	<b>-</b>	<b>(9.000.000)</b>

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com a Ocidental Seguros são relativas ao tratado de resseguro existente no âmbito do Ramo Doença.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

## Nota 22 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Médis, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento sustentável e rentável, e, conseqüentemente, como uma competência nuclear.

### Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

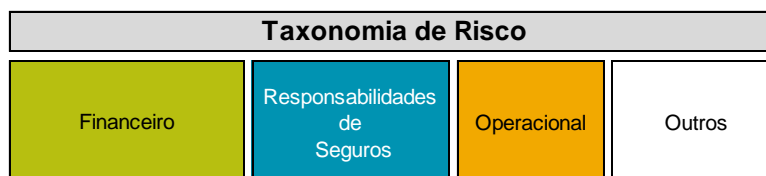
A gestão de risco na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

### Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, de Responsabilidade de Seguros e Operacional são quantificados dentro dos requisitos do Pilar I de Solvência II, e os Outros Riscos são quantificados dentro dos requisitos do Pilar II de Solvência II.

Todos os riscos são geridos através de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

### Riscos Financeiros

#### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão do Risco Financeiro, o qual delega no Comité de Investimentos (CI) e no Comité de Risco (CR);
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e à Comissão Executiva;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação dos riscos) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
  - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Comité de *Pricing*:
  - Revê, faz recomendações e aprova as propostas de alteração de produtos/prémios;
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
  - Propor e restringir o apetite ao risco, bem como as restrições aos riscos agregados;
  - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
  - Ser membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
  - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

### Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Spread* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao *Risco de Mercado* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

### Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o *Risco de Mercado*, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	<b>82.498.128</b>	100,0%	<b>80.159.226</b>	100,0%
Dívida pública	33.986.942	41,2%	28.793.217	35,9%
Obrigações	46.822.443	56,8%	49.682.554	62,0%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	1.687.993	2,0%	1.682.705	2,1%
<b>Total</b>	<b>82.498.128</b>		<b>80.159.226</b>	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2015	2014
<b>ATIVO [EUR]</b>		
Caixa e disponibilidades	6.859.402	8.647.373
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	32.746.730	20.375.625
<b>Total</b>	<b>39.606.132</b>	<b>29.022.998</b>
<b>PASSIVO [EUR]</b>		
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	11.418.865	8.223.599
<b>Total</b>	<b>11.418.865</b>	<b>8.223.599</b>

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	<b>750</b>	<b>100,0%</b>	<b>750</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	33.986.942	42,0%	28.793.217	36,7%
Instituições financeiras	29.455.101	36,5%	39.830.856	50,8%
Indústria	1.101.219	1,4%	1.100.434	1,4%
Setores básicos e energéticos	8.897.463	11,0%	4.181.005	5,3%
Consumíveis não cíclicos	1.509.193	1,9%	309.803	0,4%
Consumíveis cíclicos	3.800.659	4,7%	2.575.145	3,3%
Comunicações	335.188	0,4%	645.648	0,8%
Diversos	-	0,0%	1.039.663	1,3%
Energia	1.723.620	2,1%	-	0,0%
	<b>80.809.385</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.475.771</b>	<b>100,0%</b>

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
AAA	8.457.372	10,5%	11.443.698	14,6%
AA	24.609.949	30,5%	14.122.156	18,0%
A	24.928.272	30,8%	19.751.362	25,2%
BBB	13.802.782	17,1%	11.765.385	15,0%
BB	8.090.070	10,0%	20.353.506	25,9%
B	920.940	1,1%	1.039.664	1,3%
<b>Total</b>	<b>80.809.385</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.475.771</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	33.986.942	42,1%	28.793.217	36,7%
Obrigações	46.822.443	57,9%	49.682.554	63,3%
<b>Total</b>	<b>80.809.385</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.475.771</b>	<b>100,0%</b>

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>				
B	<b>6.859.402</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.647.373</b>	<b>100,00%</b>
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>				
AA	158.143	0,5%	84.555	0,4%
A	10.260.327	31,3%	10.554.393	51,8%
Sem rating	22.328.260	68,2%	9.736.677	47,8%
<b>Total</b>	<b>32.746.730</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.375.625</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>39.606.132</b>		<b>29.022.998</b>	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	1.687.993	1.687.993	100,0%
<b>Total em 31 dezembro 2015</b>	<b>1.687.993</b>	<b>1.687.993</b>	<b>100,0%</b>
Imobiliário	1.682.705	1.682.705	100,0%
<b>Total em 31 dezembro 2014</b>	<b>1.682.705</b>	<b>1.682.705</b>	<b>100,0%</b>

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

### Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez						Eur	
	<1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem	Total
2015	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	
Ativos financeiros a taxa fixa	1.820.744	5.033.407	9.122.119	37.329.994	7.632.897	-	60.939.161
Ativos financeiros a taxa variável	3.106.748	5.653.121	1.507.467	13.791.366	-	-	24.058.702
Outros ativos financeiros	26.994.843	3.468.258	7.766.346	2.399.463	-	1.688.743	42.317.653
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>31.922.335</b>	<b>14.154.786</b>	<b>18.395.932</b>	<b>53.520.823</b>	<b>7.632.897</b>	<b>1.688.743</b>	<b>127.315.516</b>
<b>Ativos Não Financeiros</b>	<b>557</b>	<b>1.114</b>	<b>495.156</b>	<b>1.707.462</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.204.289</b>
<b>Total de Ativos</b>	<b>31.922.892</b>	<b>14.155.900</b>	<b>18.891.088</b>	<b>55.228.285</b>	<b>7.632.897</b>	<b>1.688.743</b>	<b>129.519.805</b>
Outros passivos financeiros	3.487.932	2.938.032	4.775.354	217.547	-	-	11.418.865
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>3.487.932</b>	<b>2.938.032</b>	<b>4.775.354</b>	<b>217.547</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.418.865</b>
<b>Passivos Não Financeiros</b>	<b>3.506.193</b>	<b>7.556.115</b>	<b>37.455.015</b>	<b>3.686.711</b>	<b>1.610.711</b>	<b>-</b>	<b>53.814.745</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>6.994.125</b>	<b>10.494.147</b>	<b>42.230.369</b>	<b>3.904.258</b>	<b>1.610.711</b>	<b>-</b>	<b>65.233.610</b>

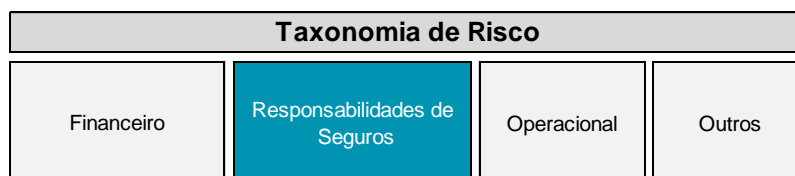
  

Risco de liquidez						Eur	
	<1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem	Total
2014	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	
Ativos financeiros a taxa fixa	5.278.610	9.434.936	21.701.337	25.171.632	5.422.364	-	67.008.880
Ativos financeiros a taxa variável	-	2.309.074	2.309.373	10.690.814	-	-	15.309.261
Outros ativos financeiros	17.960.935	2.180.651	5.915.212	3.986.718	-	1.683.454	31.726.970
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>23.239.545</b>	<b>13.924.661</b>	<b>29.925.923</b>	<b>39.849.164</b>	<b>5.422.364</b>	<b>1.683.454</b>	<b>114.045.111</b>
<b>Ativos Não Financeiros</b>	<b>1.724</b>	<b>3.449</b>	<b>16.266</b>	<b>1.727.266</b>	<b>61</b>	<b>-</b>	<b>1.748.766</b>
<b>Total de Ativos</b>	<b>23.241.269</b>	<b>13.928.110</b>	<b>29.942.188</b>	<b>41.576.429</b>	<b>5.422.425</b>	<b>1.683.454</b>	<b>115.793.877</b>
Outros passivos financeiros	5.769.985	963.368	1.418.593	189.634	-	-	8.341.579
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>5.769.985</b>	<b>963.368</b>	<b>1.418.593</b>	<b>189.634</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.341.579</b>
<b>Passivos Não Financeiros</b>	<b>3.105.315</b>	<b>6.587.440</b>	<b>32.970.215</b>	<b>3.288.170</b>	<b>1.580.290</b>	<b>-</b>	<b>47.531.429</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>8.875.300</b>	<b>7.550.808</b>	<b>34.388.808</b>	<b>3.477.804</b>	<b>1.580.290</b>	<b>-</b>	<b>55.873.009</b>

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

### Riscos com Responsabilidade de Seguros



### Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de regulamentos de risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A Função de Gestão do Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de Subscrição e o Apetite ao Risco de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos com Responsabilidade de Seguros de acordo com as regras e regulamentos estabelecidos na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- A Função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- O Comité de *Pricing* é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- No caso de os limites serem ultrapassados, deverá estar implementado um processo de reporte ao *Risk Officer*.

Na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão envolvidas diversas áreas na gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

#### Subscrição e *Pricing*

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística, por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de produtos, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);



- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

#### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é efetuada, uma vez ano, pelo atuário responsável da Companhia, sendo as provisões certificadas por uma entidade externa.

#### Resseguro

Quando apropriado, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A seleção das resseguradoras baseia-se, principalmente, em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais, em que os limites das indemnizações são elevados, e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida:

<b>Saúde [EUR]</b>			
<b>Ramo</b>	<b>Tipo de Resseguro</b>	<b>Limite de cobertura</b>	<b>Retenção/Prioridade</b>
Saúde (Munich)	Quota Parte	1.000.000	200.000
Saúde Top UP (Munich)	Quota Parte	500.000	75.000
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

#### Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao Risco com Responsabilidade de Seguros que a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos outros riscos, financeiros e operacionais.

#### **Riscos com Responsabilidade de Seguros de Saúde**

O Risco com Responsabilidade de Seguros de Saúde reflete o risco decorrente das obrigações de seguros de Saúde em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Estes riscos podem surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Saúde e outras linhas de negócio.

As provisões para sinistros dos seguros de Saúde são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. constitui provisões por sinistro, ano de ocorrência e canal de distribuição, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados.

Os riscos relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarifação são revistos.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros - Ramos Não Vida											
Euro											
Posição	Balço no fecho do ano [EUR]	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício											
		11.216.588	13.927.991	15.530.665	19.359.485	22.724.479	24.764.301	24.855.139	27.768.615	29.062.834	32.449.280
Pagamentos acumulados a:											
	Um ano de desenvolvimento	6.859.860	10.173.353	11.177.138	16.243.146	18.239.208	19.164.670	16.986.654	16.430.122	17.011.300	
	Dois anos de desenvolvimento	7.176.179	9.771.789	12.852.876	17.352.448	18.607.564	19.719.416	17.454.679	16.670.623		
	Três anos de desenvolvimento	6.400.095	10.149.520	12.831.379	17.020.937	18.775.402	20.203.550	17.475.332			
	Quatro anos de desenvolvimento	6.786.959	10.061.334	12.392.128	17.030.296	19.253.145	20.212.651				
	Cinco anos de desenvolvimento	6.698.037	9.619.369	12.400.762	17.596.375						
	Seis anos de desenvolvimento	6.262.775	9.628.166	12.820.445	17.511.205						
	Sete anos de desenvolvimento	6.270.801	10.014.997	12.822.136							
	Oito anos de desenvolvimento	6.637.340	10.017.256								
	Nove anos de desenvolvimento	6.639.552									
Reservas reavaliadas a:											
	Um ano de desenvolvimento	7.800.875	10.892.334	14.687.562	25.005.814	20.351.717	22.667.894	20.115.339	20.145.248	22.866.273	
	Dois anos de desenvolvimento	7.407.714	10.792.910	15.246.680	17.770.224	19.336.115	20.510.227	18.254.344	18.009.072		
	Três anos de desenvolvimento	7.385.361	11.242.694	12.900.139	17.130.624	18.939.976	20.354.572	17.865.612			
	Quatro anos de desenvolvimento	7.706.459	10.101.952	12.406.309	17.075.795	19.311.986	20.328.202				
	Cinco anos de desenvolvimento	6.724.999	9.627.719	12.414.674	17.525.438	19.312.909					
	Seis anos de desenvolvimento	6.266.699	9.636.514	12.831.501	17.526.633						
	Sete anos de desenvolvimento	6.274.725	10.023.424	12.828.364							
	Oito anos de desenvolvimento	6.642.889	10.020.002								
	Nove anos de desenvolvimento	6.639.822									
(h) Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:											
	Valor nominal	4.576.766	3.907.989	2.702.301	1.832.852	3.411.570	4.436.099	6.989.527	9.759.543	6.196.561	
	Porcentagem	40,8%	28,1%	17,4%	9,5%	15,0%	17,9%	28,1%	35,1%	21,3%	

#### Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2014	31-12-2015
Provisões para sinistros no final do exercício	29.062.834	32.449.280
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	0	0
Outras Provisões	0	0
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	313.316	291.008
<b>Total provisões para sinistros Não Vida</b>	<b>29.376.150</b>	<b>32.740.288</b>

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e regulamentos de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

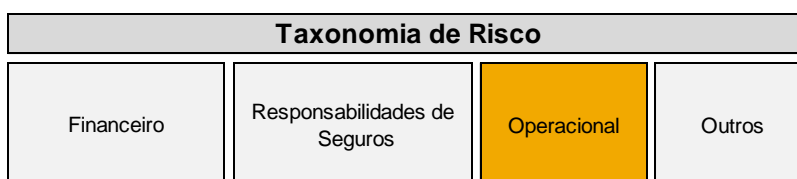
O rácio combinado a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		Outros	
	2015	2014	2015	2014
Rácio Sinistros	68,8%	70,0%	11,7%	103,8%
Rácio Despesas	18,7%	18,7%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	87,5%	88,7%	11,7%	103,8%

A Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado	Impacto no Resultado
	antes de impostos	antes de impostos
	31.12.2015	31.12.2014
Custos de exploração - 10%	3.042	2.764
Custos com sinistros + 5%	(5.773)	(5.378)

## Risco Operacional



O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantém a atenção e foco nos processos da companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e reportados pela Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvaguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;

- **Segurança de Informação:** define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- **Declaração de Controlo de Gestão:** enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- **Desenho de processos (BPM) Controlo Interno:** tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “*Bottom-up*”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
  - Identifica e documenta todos os processos transversais à Companhia, mantendo-os atualizados;
  - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
  - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
  - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
  - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio	<i>Eur</i>				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2015					
<b>Seguro direto</b>					
Acidentes e doença	12.306.711	12.084.853	9.558.101	1.382.719	(85.741)
Assistência	730.631	730.631	(85.279)	-	-
<b>Total Não Vida</b>	<b>13.037.342</b>	<b>12.815.484</b>	<b>9.472.822</b>	<b>1.382.719</b>	<b>(85.741)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	158.641.709	156.210.462	106.201.736	30.127.428	(3.851.461)
<b>Total</b>	<b>171.679.051</b>	<b>169.025.946</b>	<b>115.674.558</b>	<b>31.510.147</b>	<b>(3.937.202)</b>

Linha de negócio	<i>Eur</i>				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2014					
<b>Seguro direto</b>					
Acidentes e doença	9.562.848	9.534.524	8.796.392	1.338.721	(97.600)
Assistência	769.298	769.298	798.490	-	-
<b>Total Não Vida</b>	<b>10.332.146</b>	<b>10.303.822</b>	<b>9.594.882</b>	<b>1.338.721</b>	<b>(97.600)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	142.924.278	143.215.178	98.139.282	27.181.548	(3.825.837)
<b>Total</b>	<b>153.256.424</b>	<b>153.519.000</b>	<b>107.734.164</b>	<b>28.520.269</b>	<b>(3.923.437)</b>

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio	<i>Eur</i>			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro direto</b>				
Acidentes e doença	22.358.656	335.228	(13.135.784)	9.558.100
Assistência	(1.959.728)	-	1.874.448	(85.280)
<b>Total Não Vida</b>	<b>20.398.928</b>	<b>335.228</b>	<b>(11.261.336)</b>	<b>9.472.820</b>
<b>Resseguro aceite</b>	99.751.189	3.758.244	2.692.304	106.201.737
<b>Total</b>	<b>120.150.117</b>	<b>4.093.472</b>	<b>(8.569.032)</b>	<b>115.674.557</b>

Linha de negócio	<i>Eur</i>			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro direto</b>				
Acidentes e doença	8.380.549	354.331	61.511	8.796.391
Assistência	903.165	-	(104.675)	798.490
<b>Total Não Vida</b>	<b>9.283.714</b>	<b>354.331</b>	<b>(43.164)</b>	<b>9.594.881</b>
<b>Resseguro aceite</b>	93.257.553	3.624.568	1.257.162	98.139.282
<b>Total</b>	<b>102.541.266</b>	<b>3.978.899</b>	<b>1.213.998</b>	<b>107.734.163</b>

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2015	<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014 (1)	Montantes pagos (2)	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2015 em relação a 2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	29.370.384	17.318.047	5.903.056	(6.149.281)
Assistência	5.766	(4.350.921)	4.209	(4.352.478)
<b>Total</b>	<b>29.376.150</b>	<b>12.967.126</b>	<b>5.907.265</b>	<b>(10.501.759)</b>

Linha de negócio 2014	<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 (1)	Montantes pagos (2)	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014 em relação a 2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	28.073.201	16.733.946	3.750.332	(7.588.923)
Assistência	30.038	(3.585.679)	4.483	(3.611.234)
<b>Total</b>	<b>28.103.239</b>	<b>13.148.267</b>	<b>3.754.815</b>	<b>(11.200.157)</b>

#### Outros Riscos

<b>Taxonomia de Risco</b>			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Os outros Riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

### Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros de Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2015.

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a margem de solvência I é analisada como se segue:

<b>Rúbrica [EUR]</b>	<b>31 dezembro 2015</b>	<b>31 dezembro 2014</b>
Capital	12.000.000	12.000.000
Reservas Legal e de Reavaliação	5.441.337	4.751.426
Resultados Transitados	28.349.678	28.067.552
Resultado Líquido do Exercício	13.355.118	10.313.473
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>59.146.133</b>	<b>55.132.451</b>
Activos Intangíveis	(135.333)	(225.537)
<b>Total (2)</b>	<b>(135.333)</b>	<b>(225.537)</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1) + (2)</b>	<b>59.010.800</b>	<b>54.906.914</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>28.646.232</b>	<b>25.736.483</b>
<b>Excesso / Insuficiência</b>	<b>30.364.568</b>	<b>29.170.431</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>206%</b>	<b>213%</b>

A partir de 1 Janeiro de 2016, o regime de Solvência II é obrigatoriamente aplicável às Companhias de seguros/resseguradoras estabelecidas na União Europeia.

As novas regras de solvência introduzem critérios mais severos para o cálculo do rácio de solvabilidade, visando melhorar a adequação do capital das Companhias aos riscos assumidos. O principal objetivo desta mudança é a valorização do ativo/passivo com base em princípios económicos, o que introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Companhias, e melhorar a avaliação dos riscos aos quais as mesmas estão expostas.

Desde 2009, em linha com o plano de implementação de Solvência II adotado pelo Grupo Ageas, a Médís assumiu o compromisso de desenvolver uma transição suave para este novo regime através da implementação de várias iniciativas.

Em 2015, no âmbito da fase preparatória de Solvência II, foi reportada a primeira informação qualitativa e quantitativa ("QRT's") preparada com base nos requisitos de Solvência II à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os resultados desta fase preliminar demonstraram que o rácio de Solvência II da Médís está confortavelmente acima do limite mínimo legal exigido, acima do rácio de Solvência I. A posição de Solvência II reportada nesta fase considerou a aplicação do "ajustamento de volatilidade", o qual se inclui no conjunto de medidas transitórias de longo prazo propostas pelo Regulador. A Companhia ainda não completou o processo de apresentação do pedido de adoção de medidas transitórias adicionais, que resultarão em impactos positivos na posição de Solvência II.

## Nota 23 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

### Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os activos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2015		2014	
		Euros '000		Euros '000	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	6.859.402	6.859.402	8.647.373	8.647.373
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	<u>32.746.730</u>	<u>32.746.730</u>	<u>20.375.625</u>	<u>20.375.625</u>
		<u>39.606.132</u>	<u>39.606.132</u>	<u>29.022.998</u>	<u>29.022.998</u>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	<u>11.418.865</u>	<u>11.418.865</u>	<u>8.223.599</u>	<u>8.223.599</u>
		<u>11.418.865</u>	<u>11.418.865</u>	<u>8.223.599</u>	<u>8.223.599</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 24 – Passivos contingentes e compromissos

### Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 o total de garantias bancárias era de Euro 56.000. Estas garantias estão relacionadas com processos de sinistro.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há mais nenhuma garantias dadas ou recebidas.

### Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	<u>Até 3 meses</u>	<u>3-12 meses</u>	<u>1-5 anos</u>	<u>Eur</u> <u>Total</u>
Rendas vincendas de contratos de leasing	19.452	45.861	82.707	<b>148.020</b>

## Nota 25 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor, e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

### IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*



As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos numa base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Companhia não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

*A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adotadas pela União Europeia:*

*IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*Melhoramentos às IFRS (2010-2012)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

#### *Melhoramentos às IFRS (2012-2014)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

#### *IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas*

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

#### *Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia*

##### *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)*

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### *IFRS 15 Rédito de contratos com clientes*

O IASB emitiu em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adoção desta norma.

#### *IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias*

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não adotar já este processo e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

#### *IFRS 16 - Locações*

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

#### *Outras alterações*

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28: Venda ou contribuições de ativos entre Investidor e Associadas ou Joint Venture (emitidas em 11 Setembro 2014);
- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho 2014 e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio 2014 e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio 2014 e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.